

EDUCAÇÃO INFANTIL: PROCESSO HISTÓRICO NA EUROPA E NO BRASIL

COSTA, Claudia Borges da ¹
COSTA, Joice Emanuele da ²
MIGUEL, Eliana Alves ³
SILVA, Cleusmária Pereira da ⁴
SILVA, Fernanda Cristina da ⁵
QUEIROZ, Claudia Regina ⁶

Resumo: Este artigo relata a contextualização histórica sobre a infância na Europa e no Brasil. Segundo Ariès, Heywood, Mello entre outros, enfatiza que a criança era ignorada na Idade Média, entre os séculos XI e XVIII, na sociedade Européia mais precisamente na França. Para chegar a esses dados, a sociedade utilizando como metodologia a análise iconográfica. Tal análise propiciou ao pesquisador identificar a ausência das crianças nas cenas retratadas nos quadros, o que o levou a inferir que a criança não era reconhecida como ator social significativo. A infância até chegar à contemporaneidade passou por constantes transformações, sendo importante dar ênfase a essa dimensão em que a infância está ocupando atualmente.

Palavra-chave: Infância, Creche, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

A investigação histórica sobre a infância será focada a partir da Europa, compreendendo as concepções sobre as singularidades da vida da criança. O percurso da educação infantil e a escola deve contribuir buscando meios para complementar com a melhor forma de ensinar, inovar, incluir a família para

¹ Professora na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. Cursando Especialização em Educação Infantil pela Faculdade de Educação São Luís. claudianhn@hotmail.com

² Técnica Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Luiz Inácio do Nascimento, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. Especialista em Educação Infantil Faculdade de Educação São Luís. joicemanuele@gmail.com

³ Técnica Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. Especialista em Educação Infantil pelo Centro Universitário Barão de Mauá. eliana.amiguel@gmail.com

⁴ Técnica Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes, Tecnóloga em Gestão Pública pela Facinter. Especialista em Educação Infantil pelo Centro Universitário Barão de Mauá. cleusmaria-pos@hotmail.com

⁵ Técnica Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes, Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. fer7cris@gmail.com

⁶ Técnica Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes, Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela UNEMAT. Cursando Especialização em Educação Infantil pela Faculdade de Educação São Luís

contribuir no desenvolvimento. Neste sentido utilizar-se de metodologias interessantes, adicionar o lúdico como parceiro no ensino aprendizagem, compreender que a criança chega na escola com uma bagagem de aprendizado social e cultural que deve ser respeitada

A Educação Infantil deve propor formas que contribua com o desenvolvimento nesses períodos importantes, onde os pequenos apresentam curiosidade aguçada, e o professor deve mediar de forma facilitadora à caminhada de aprendizagem na construção do “eu” da criança.

Na perspectiva de que a criança visa sua realidade para construírem seus conhecimentos, encontrando a maturidade e passando para outra fase do desenvolvimento. A idéia de não nascermos prontos e acabados nos informa que seremos eternos aprendizes, e isso vale para o desenvolvimento da criança, meio que ela esta inserida vai modificá-la sempre que há necessidade. No caso das crianças que permanecem maior parte do tempo em creches, deve ser proporcionado algo que contribuía com esse período.

1. SÍNTESE DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A INFÂNCIA NA EUROPA E NO BRASIL

Dentro de uma contextualização histórica voltada á infância, Philippe Ariès (2006), enfatiza que a criança era ignorada na Idade Média, entre os séculos XI e XVIII, na sociedade Européia mais precisamente na França. Para chegar a esses dados, Ariès pesquisou aquela sociedade utilizando como metodologia a análise iconográfica. Tal análise propiciou ao pesquisador identificar a ausência das crianças nas cenas retratadas nos quadros, o que o levou a inferir que a criança não era reconhecida como ator social significativo.

O autor em seu livro “História Social da Criança e da família” (2006), destaca que na Europa, do século XII, a Arte Medieval desconhecia a criança ou deixava de representá-la, provavelmente em um mundo onde não haveria espaço para pensar a infância. Na Europa da Idade Média, mais precisamente na França, pouco se pensava em criança como criança, fato retratado visivelmente nos acontecimentos da época, quando os menores eram

reproduzidos nas pinturas com estruturas, músculos abdominais e peitorais adultos

Philippe Ariès (1981) em sua pesquisa anuncia que o conceito de infância se forma em uma construção social delineada no final do século XVII e se consolida no final do século XVIII. Período que o reconhecimento da criança se iniciou, de forma bastante tímida, constatando inclusive a vulnerabilidade infantil, requerendo “olhares” de compreensão e respeito. Mais próximo do século XVIII, de alguma forma, consolida-se pressupostos de que os primeiros anos de vida são essenciais na vida de uma criança para que ela tenha, no futuro, qualidade de vida.

Nesse sentido, inexistia atenção ou cuidado específico para com o bebê ou a criança, vista como um ser frágil e inocente - idéia romântica da infância - e, ao mesmo tempo, entendida como um ser incompleto e irracional, que necessitava do outro e da educação para transformar-se em homem inteligente e educado.

Consoante o mesmo autor, nas figuras bíblicas existem freqüentes aparições e representações das crianças, mas na maioria delas são apresentadas apenas em escalas menor que adulto.

Talvez essa ausência de não perceber a criança em nenhum momento vivido, o autor entende que pode ser explicado, porque os homens, entre os séculos X e XVII, não se atinham a imagem da infância e isso não despertavam interesse em perceber os pequenos. Nesse período não se sabe muito como era a rotina dos pequeninos desde o nascimento, como eram cuidados, onde eles ficavam. Para eles, a infância era um período de rápida transição, sem qualquer importância, sem necessidade de preocupações, em que as lembranças se perdiam logo que ultrapassado.

Heywood (2002) contrapõe as escritas de Ariès, alegando que o francês apenas pesquisou crianças de posição social bem definida. Uma das críticas se dá porque Ariès desconsiderou crianças populares, que fazem parte das classes sociais baixa.

Para o autor, a evidencia sobre a concepção de infância na Idade Média, momento em que se era ignorada a minoridade, ou a sociedade percebia o bebê ou a criança como pessoas de menos idade ou adulto em escala de menor tamanho.

Antes entre o século XV a XVIII, a questão infantil continuava camuflada pelos adultos ou sociedade. Com isso, há a coisificação das crianças, excluindo-a enquanto ser humano, vistas como meros animais ou de serventia para os adultos. Pensá-las como seres vulneráveis, era improvável, na época.

Del Priori (2007) descreve que a alta taxa de mortalidade infantil por doenças ou por maus tratos, no continente europeu, era assustadora. A probabilidade de vida das crianças portuguesas era até aos 14 anos, sendo que desses, metade morria antes de completarem sete anos. Porém essa situação era tida como normal pelos adultos.

.No Brasil a história da infância é marcada por sucessivas modificações, não se manteve estagnada, de modo que no Brasil a criança carregou imagem de impura no início do século XX, como fora na Europa no período apontado como na Alta Idade Média.

De acordo com Mello (2001), no final do século XVIII, passando pelo período Colonial permanecendo até os primórdios da República, primeiras décadas do século XX, foi instalado na Santa Casa de Misericórdia, o assistencial, conhecido como “Asilo ou Roda dos Expostos” ou, ainda, local dos “enjeitados”. O modelo de assistência Roda de Exposto no Brasil foi implantado baseado na França que a instituiu em 1811.

De acordo com a autora baseado em alguns historiadores para alegar que no Brasil a Primeira Roda de expostos foi instalada em Salvador, no ano de 1726, no Rio de Janeiro, em 1738 por Ramão Mattos Duarte, 1837 na Cidade de São Paulo, 1825 em Porto Alegre, no entanto, a regulamentação aconteceu em 1842 (p. 16), onde se instalou em Santas Casas, em quase todas as províncias brasileiras, que asseguravam proteção às crianças recolhidas, os bebês eram encaminhados para as amas- de -leite.

Inicialmente essa assistência foi fundada para amenizar sofrimentos de recém-nascidos ilegítimos, gerados por mães consideradas adúlteras, crianças rejeitadas pela sociedade e mães solteiras.

A maneira de depositar a criança ocorria de forma sigilosa, o sujeito deixava o recém-nascido, tocava a campainha, imediatamente o cilindro rodava, ficando a lateral aberta para receber a criança e em seguida a levava para seu interior.

O Asilo ou Casa dos Expostos competia à função de encontrar novas famílias aos enjeitados, objetivo que quase sempre não se alcançava.

Com o passar do tempo, as rodas foram disponibilizadas para camadas de famílias populares.

A mortalidade infantil nas Rodas dos Expostos era alta, pois as crianças eram desprovidas de vestes, de berços e cuidadas pela ama-de-leite, responsável por até sete bebês de cada vez. De acordo com Moncorvo Filho (1926), *apud*, Mello (2001) pelo balanço feito por D. Pedro I, na Assembléia constituinte no dia 03/ 05/1823, em treze anos de existência da Roda dos Expostos, das quase doze mil crianças deixadas, apenas mil sobreviveram. Continuando em Mello, que destaca mais um grupo com direito a Roda dos Expostos: os filhos de escravos. Os direitos a serem depositados na Roda permaneceram assim:

Continuando com Mello (2001), com a Lei do Ventre livre, no ano de 1871, houve redução no recebimento de crianças na Roda dos Expostos, e com a abolição da escravatura, houve decréscimo no número de bebês deixados nas Rodas.

O despertar do olhar da medicina para a infância num intuito de criar normas para crianças abandonadas, juntamente com a abolição da escravatura, criaram forças e as Rodas dos Expostos foram extintas do Brasil. O Decreto nº 16306/1923 excluiu as unidades do Rio de Janeiro e Distrito Federal e, em 1940, em Porto Alegre. Neste caso, o estado é acusado de negligente por manter esse local tão precariamente, com falta de recursos e higiene.

Aos poucos a legislação foi difundida, condenando os violadores, o direito infantil construindo, passando a ser, respeitando vulnerabilidade do pequeno, delegando ao adulto a importância para a formação do “eu” em sua existência.

A medicina também se importou com as crianças, defendendo a importância de uma infância saudável, e alertando as mães a respeito de sua importância na vida do filho.

1.2 HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO DAS CRECHES NO BRASIL, E EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A infância até chegar à contemporaneidade passou por constantes transformações, sendo importante dar ênfase a essa dimensão em que a infância está ocupando atualmente.

As crianças de 0 a 6 anos passaram a ter acesso as instituições especializadas no Brasil, fato ocorrido no período da Revolução Industrial. Com o surgimento da mão de obra e com a implantação de indústrias no Brasil, houve inserção das mulheres no mercado de trabalho, para que as mães trabalhassem as indústrias oferecia um espaço para que deixassem seus filhos, ou seja, as creches, que de início tinha a função assistencialistas, somente com preocupação com o cuidar.

No decorrer do tempo e por algumas ações políticas, as creches passaram a ser responsabilidade do poder público.

Assim a creche tornou um espaço administrado pelo governo do estado, do município, ou até mesmo por organizações não-governamentais. Mas tarde, leis e normas foram regulamentando essas entidades para melhor funcionamento.

A Constituição de 1988 define o acesso às creches como um direito da população, mas que ainda alguns são privados desse acesso, pois o número de instituições não é compatível com as necessidades da população.

A Constituição faz referência definindo direitos específicos na educação, entre eles: crianças de 0 a 6 anos ter “*atendimento em creche e Pré-escola*” com ênfase garantindo o cuidar e educar da criança.

A subordinação do atendimento em creches e Pré-escola na área de Educação representa um grande passo na superação do caráter assistencialista nos programas voltados para essa faixa etária.

A Constituição Federal de 1988 ao estabelecer no Artigo 208 inciso IV o dever do Estado na garantia de atendimento em creches e pré-escola as crianças de 0 a 6 anos de idade, representou uma vitória para os movimentos sociais que sempre lutaram para que a oferta desta etapa educativa fosse garantida na forma da Lei, nas Constituições e legislações educacionais anteriores o atendimento as crianças até 6 anos não era concebido como uma atividade educacional. O dispositivo da Lei 5692/71 estabelecia apenas *que os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação* (art. 19, § 2º).

Com a aprovação da Lei 9394/96 a Educação infantil passa a ser definida como a primeira etapa da educação básica (art. 29), com uma papel social relevante para à formação comum indispensável para o exercício da cidadania. A nova LDB redefine o papel do poder público com essa faixa etária que deixa de ser o de “velar” e passa a ser o de cuidar e educar.

Em conformidade com a legislação em vigor (Constituição Federal e LDB) a Educação Infantil é um direito da criança (e da família) e se constitui em um dever do Estado e da família. Nesse sentido não é obrigatória, pois a obrigatoriedade se recai apenas ao ensino fundamental e deve ser gratuita nos estabelecimentos de ensino.

Na Lei 9394/96 a Educação Infantil recebe tratamento igual as demais etapas da educação básica e conta com um capítulo próprio que a define como primeira etapa educativa cuja finalidade é a de proporcionar o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade no desenvolvimento da criança. Entretanto, ressalta sobre a necessidade da coerência entre a escola, a família e a comunidade.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (LDB 9.394/96, art. 29)

A LDB institui que a educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes as crianças de zero a três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a seis anos.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil explicita alguns aspectos que devem ser contemplados nesta etapa educativa e um deles é o brincar.

A qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania, respeitando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, devem estar embasadas nos seguintes princípios: o respeito à dignidade e aos direitos da criança, consideradas nas suas diferenças, individuais, sociais, econômicas, culturais, religiosas, etc. O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil’;

O acesso das crianças aos bens sócio-culturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação, ao pensamento, à ética e a ciência. A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (BRASIL, 1998, p.13)

Neste sentido no percurso da educação infantil a escola deve contribuir buscando meios para complementar com a melhor forma de ensinar, inovar, incluir a família para contribuir no desenvolvimento. Neste sentido utilizar-se de metodologias interessantes, adicionar o lúdico como parceiro no ensino aprendizagem, compreender que a criança chega na escola com uma bagagem de aprendizado social e cultural que deve ser respeitada.

A educação infantil deve ser trabalhada de forma eficaz, onde o processo de desenvolvimento e aprendizagem seja bem sucedido, assim os pequenos desenvolveram habilidades, estímulos físicos e psíquicos, facilitando a expressão de suas próprias idéias.

O MEC também elaborou o RCNEI, Conselho Nacional de Educação, definindo as DCNEI, Diretrizes Curriculares Nacionais, estudos que direciona e contribuiu a Educação Infantil.

No contexto educacional como dito anteriormente, ficou estabelecido que a Educação Infantil fosse mantida e financiada com os recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, onde municípios tornaram responsáveis por oferecê-la nas creches e pré-escolas.

No decorrer de todo o processo histórico da Educação Infantil no Brasil houve grandes lutas para obter mudanças, a busca por objetivos projetados desde o seu inícios foram alcançados, mas há muito por fazer, para se chegar a Educação que nossa criança tem direito. Para que ocorra esse contexto educacional é necessária a contribuição do estado, município, participação da escola e interação do professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os estudos feitos e autores pesquisados, podemos concluir que durante o período histórico, a educação infantil teve significativos avanços. Pois

no início a criança era considerada como um adulto em miniatura, todo seu desenvolvimento infantil era desconsiderado.

As crianças de 0 a 6 anos passaram a ter acesso as instituições especializadas no Brasil, fato ocorrido no período da Revolução Industrial. Com o surgimento da mão de obra e com a implantação de indústrias no Brasil, houve inserção das mulheres no mercado de trabalho, para que as mães trabalhassem as indústrias oferecia um espaço para que deixassem seus filhos, ou seja, as creches, que de início tinha a função assistencialistas, somente com preocupação com o cuidar.

Nesta perspectiva, a forma de aprendizagem humana parte de si, e do outro, constituída pelo jeito de pensar, agir, sentir, conhecer, onde é explicado através da hereditariedade, do ambiente que a criança vive e principalmente da interação, fazendo a diferença no aprendizado. Partindo disto a criança constrói sua identidade por meio de suas descobertas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **A história social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ARIÈS, Philippe: **História social da criança e da família**, Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Referencial curricular para a educação infantil**. V. 1, BRASÍLIA: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. LEI N 9394/96. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Setembro de 1996. Editora do Brasil.

CRAIDY, Carmem Maria, (org) **O Educador de todos ao dias: convivendo com crianças de 0 a 6 anos**, Porto Alegre, Mediação, 1998.

CURY, Munir, SILVA, Antônio Fernando do Amaral e MENDEZ, Emílio Garcia (organizadores). **Estatuto da criança e do Adolescente Comentado**. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 6. Ed., São Paulo, Contexto, 2007.

HEYWOOD, Colin. ***Uma história da infância***: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HIGA, Matsukro Marília, SHIRAHIGE, Etsuko Elena, A Contribuição da Psicanálise à Educação. In: CARRARA, Kester (org.), **Introdução à psicologia da Educação; seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004.

MACHADO, Keli Simone Macedo. **Possibilidades do universo lúdico entre crianças inseridas em berçários em centros de educação infantil**. 2009. 46 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Brincar: prazer e aprendizado**, 5ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MELLO, Débora Teixeira de. **A História do cuidado à Criança pequena em Porto Alegre: a roda dos expostos da santa casa de misericórdia (1837-1940)**, In: ROMAN Eurilda Dias (org.), STEYER Vivian Edite (org.), Canoas: Ed. Ulbra, 2001.

MINAYO, Maria Cecília (ogs). **Pesquisa Social**. 26ªed. Petrópolis, RJ; Vozes, 2006.

MOYLES, Janet R. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil**, (Janet R. Moyles, tradução Maria Veronese. Porto Alegre. Artimed 2002.

OLIVEIRA, V. M. B. **O brincar e o ingresso no tempo histórico e cultural**, In: _____ (Ed.). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Marta Kohl de, **Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento: um processo histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

PIAGET, Jean, **Seis Estudo de Psicologia**: tradução Maria Alice Magalhães D' Amorim e Paulo Sergio Lima Silva- 24 ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária.2004.

REGO, Tereza Cristina, Vygotsky, **uma perspectiva histórico-cultural da educação**/ Tereza Cristina Rego. 21.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes. 2010.

WALLON, Henri, **A Evolução Psicológica da criança**, Lisboa / Portugal, Edições 70, 2005